



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21b/2015/05.22.01.51-RPQ

**O PAPEL DA REDE INSTITUCIONAL NO SUDOESTE
PARAENSE: UM OLHAR A PARTIR DE INSTITUIÇÕES
EM ALTAMIRA E SANTARÉM - 2014**

Fernanda da Rocha Soares
Juliana Mota de Siqueira
Ana Paula Dal'Asta

Relatório Técnico Parcial
de Atividade de Campo -
Projeto URBISAMAZÔNIA/
FUNDAÇÃO VALE.

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3JH4G4L>>

INPE
São José dos Campos
2016

PUBLICADO POR:

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Gabinete do Diretor (GB)

Serviço de Informação e Documentação (SID)

Caixa Postal 515 - CEP 12.245-970

São José dos Campos - SP - Brasil

Tel.:(012) 3208-6923/6921

Fax: (012) 3208-6919

E-mail: pubtc@inpe.br

COMISSÃO DO CONSELHO DE EDITORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO INPE (DE/DIR-544):

Presidente:

Maria do Carmo de Andrade Nono - Conselho de Pós-Graduação (CPG)

Membros:

Dr. Plínio Carlos Alvalá - Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CST)

Dr. André de Castro Milone - Coordenação de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA)

Dra. Carina de Barros Melo - Coordenação de Laboratórios Associados (CTE)

Dr. Evandro Marconi Rocco - Coordenação de Engenharia e Tecnologia Espacial (ETE)

Dr. Hermann Johann Heinrich Kux - Coordenação de Observação da Terra (OBT)

Dr. Marley Cavalcante de Lima Moscati - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPT)

Silvia Castro Marcelino - Serviço de Informação e Documentação (SID)

BIBLIOTECA DIGITAL:

Dr. Gerald Jean Francis Banon

Clayton Martins Pereira - Serviço de Informação e Documentação (SID)

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTÁRIA:

Simone Angélica Del Duca Barbedo - Serviço de Informação e Documentação (SID)

Yolanda Ribeiro da Silva Souza - Serviço de Informação e Documentação (SID)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Marcelo de Castro Pazos - Serviço de Informação e Documentação (SID)

André Luis Dias Fernandes - Serviço de Informação e Documentação (SID)



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

sid.inpe.br/mtc-m21b/2015/05.22.01.51-RPQ

**O PAPEL DA REDE INSTITUCIONAL NO SUDOESTE
PARAENSE: UM OLHAR A PARTIR DE INSTITUIÇÕES
EM ALTAMIRA E SANTARÉM - 2014**

Fernanda da Rocha Soares
Juliana Mota de Siqueira
Ana Paula Dal'Asta

Relatório Técnico Parcial
de Atividade de Campo -
Projeto URBISAMAZÔNIA/
FUNDAÇÃO VALE.

URL do documento original:

<<http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3JH4G4L>>

INPE
São José dos Campos
2016



Esta obra foi licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 3.0 Não Adaptada.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 3.0 Unported License.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Projeto UrbisAmazônia e à Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) pelo suporte oferecido para a realização da expedição de campo. Agradecemos especialmente a todos os representantes das instituições e demais pessoas que participaram deste trabalho, fornecendo informações relevantes e dividindo conosco o conhecimento sobre região.

RESUMO

Este relatório apresenta os principais resultados do levantamento de campo realizado em 2014, referente às instituições visitadas nas sedes municipais de Santarém e Altamira, no sudoeste do Pará. Esta pesquisa complementa o levantamento das instituições realizado em 2013 na cidade de Santarém. Nas duas cidades foram visitadas 21 instituições, de modo a representar os diferentes setores da sociedade. A escolha das instituições baseou-se nos questionários aplicados em comunidades dos municípios de Santarém, Belterra, Rurópolis, Trairão, Uruará, Placas e Novo Progresso, a fim de priorizar as instituições citadas como atuantes nas comunidades. Os principais resultados obtidos foram: a identificação da existência de dados sistematizados em cada instituição, a compreensão das articulações entre as instituições e a caracterização da dinâmica da ocupação territorial. Evidenciaram-se dois aspectos prevalentes: há uma rede institucional que se articula para atender as demandas da população e as relações colaborativas dependem do posicionamento político e ideológico estabelecido entre as instituições. Com uma organização em rede, a atuação de algumas instituições nas comunidades nem sempre é direta, sendo muitas vezes intermediada por outra instituição ou associação. Além disso, constatou-se que as instituições são importantes fontes de dados, em alguns casos sistematizados, que complementam as informações coletadas em campo e auxiliam na caracterização das comunidades do oeste paraense. Esse relatório apresenta as observações gerais referentes às principais temáticas discutidas nas instituições visitadas, além da análise do papel e da articulação entre as entidades em diferentes níveis de atuação e setores da sociedade. A análise detalhada dos diferentes aspectos levantados será realizada posteriormente em trabalhos específicos. Os dados resultantes desta expedição de campo servirão de base para pesquisas científicas específicas e detalhadas, contribuindo para a compreensão da influência da rede de instituições nos processos recentes de ocupação e urbanização da Amazônia.

Palavras-chave: Rede institucional. Santarém. Altamira.

THE ROLE OF THE INSTITUTIONAL NETWORK IN THE SOUTHWEST OF PARÁ: A VIEW FROM INSTITUTIONS IN ALTAMIRA AND SANTARÉM, 2014

ABSTRACT

This report presents the main results of the field survey conducted in 2014, referring to the institutions visited in the municipal headquarters of Santarém and Altamira, in the southwest of Pará. This research complements the survey of institutions conducted in 2013 in the city of Santarém. In both cities were visited 21 institutions to represent the different sectors of society. The choice of the institutions was based on questionnaires applied to villages in the municipalities of Santarém, Belterra, Rurópolis, Trairão, Uruará, Placas and Novo Progresso, trying to choose the institutions cited like actives in the villages. The main results were: the identification of the existence of systematic data on each institution, the understanding of the links between the institutions and the characterization of the dynamics of territorial occupation. Two prevalent aspects were showed up: there is an institutional network structured to support the demands of the population and the collaborative relationships depends on the political and ideological position established between the institutions. As a network organization, the performance of some institutions in the village is not always direct, often intermediated by another institution or association. In addition, it was found that institutions are important sources of data, in some cases systematized, which complement the information collected in the field and assist in the characterization of the western Para villages. This document presents the initial organization of data and a preliminary discussion of the relationships between institutions. A detailed analysis of the various issues gathered will then be held in specific jobs. The data resulting from this field expedition will be the basis for specific and detailed scientific research, contributing to the understanding of the influence of the institutional network in the recent processes of occupation and urbanization of the Amazônia.

Keywords: institutional network. Santarém. Altamira,.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
APRUSAN	Associação de Produtores Rurais de Santarém
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
CT	Câmaras Técnicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPI	Divisão de Processamento de Imagens
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLONA	Floresta Nacional
FUNCACAU	Fundo de Apoio à Cacaucultura do Estado do Pará
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
CGDEX	Comitê Gestor do PDRSX
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MCMV	Minha Casa Minha Vida
NASPM	Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRSX	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PM	Prefeitura Municipal
PMV	Programa Municípios Verdes
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSA	Projeto Saúde e Alegria
PSE	Programa de Saúde na Escola
RESEX	Reserva Extrativista
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio ambiente e turismo de Altamira

SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
TAPAJOARA	Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns
UHEBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Z-20	Colônia de Pescadores do município de Santarém

LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
Figura 4.1 – Municípios da região sudoeste do Pará integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e as UCs no entorno de Santarém.....	13
Figura 4.2 – Articulação das instituições visitadas em Altamira.	15
Figura 4.3 – Articulação das instituições visitadas em Santarém.....	23

LISTA DE TABELAS

Pág.

TABELA 4.1 – Instituições visitadas em Altamira e Santarém por setor de atuação e tipo de dados disponíveis.	2
---	---

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	3
3 METODOLOGIA	1
4 RESULTADOS	2
4.1 DISPONIBILIDADE DE DADOS SOBRE AS COMUNIDADES E NÚCLEOS POPULACIONAIS NOS MUNICÍPIOS	3
4.2 ALTAMIRA	4
4.2.1 Educação e Saúde	4
4.2.2 Meio Ambiente e Turismo	5
4.2.3 Produção	7
4.2.4 Infraestrutura e planejamento urbano	8
4.2.5 Bem estar e segurança	9
4.2.6 Mobilidade populacional	10
4.2.7 Desenvolvimento regional	12
4.2.8 Atuação e articulação das instituições visitadas	14
4.3 SANTARÉM	17
4.3.1 Educação e Saúde	17
4.3.2 Recursos florestais e pesca	18
4.3.3 Produção	20
4.3.4 Bem estar e segurança	21
4.3.5 Atuação e articulação das instituições visitadas	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICE A	30

1 INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Pará compreende uma extensa área com uma diversidade de formas de ocupação, atividades econômicas e interações entre núcleos urbanos e população. Essa heterogeneidade tem sido estudada e relatada desde 2008 quando se iniciaram os trabalhos do grupo *INPE Estudos Amazônicos* da Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE). Deste então, o grupo acumula um acervo de informações coletados em campo que, apoiados na revisão de literatura, em seu histórico de uso e ocupação da terra e em inúmeras fontes de dados secundários, tem gerado ao longo dos anos informações publicadas em artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e relatórios de campo (ALVES et al., 2010; AMARAL et al., 2009, 2012 e 2013; BRIGATTI et al., 2012; DAL'ASTA et al., 2011 e 2012; ESCADA et al., 2009 e 2013, PINHO, 2012, entre outros).

No período de 2009 a 2014, o grupo realizou levantamentos de campo em comunidades ribeirinhas e de terra firme, inseridas em diferentes contextos¹ nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro, Rurópolis, Mojuí dos Campos, Placas, Uruará, Trairão, Itaituba e Novo Progresso. Nesses levantamentos foram aplicados questionários para caracterizar as comunidades quanto à disponibilidade e acesso aos equipamentos urbanos, infraestrutura, transporte, uso da terra e serviços de saúde e educação. Foram também levantadas questões relativas à presença de instituições e outras formas de representatividade dos comunitários. Apesar de permitir avaliar as instituições e organizações comunitárias mais atuantes, esta percepção sobre a atuação institucional ainda estava limitada à escala local e à percepção dos comunitários. Tendo sido observado que a atuação das instituições é importante para a manutenção das comunidades, Amaral et al. (2013) e Dal'Asta et al. (2014) propõem que as comunidades sejam também caracterizadas pela presença das instituições.

¹ As comunidades visitadas estão inseridas em diferentes regimes de uso da terra tais como em Unidades de conservação de diferentes categorias, projetos de assentamento em diferentes estágios de consolidação, terras indígenas, áreas com produção de grãos, entre outros.

Visando complementar as informações de campo e entender mais profundamente a articulação das diferentes entidades com as comunidades, no levantamento de 2013 foram visitadas, além das comunidades, algumas instituições no município de Santarém. Esta visita permitiu mapear algumas instituições importantes direta e indiretamente no suporte e promoção do desenvolvimento das comunidades e constatar a contribuição das instituições em dois níveis principais: como fonte de dados sistematizados e como fonte de informação a respeito das dinâmicas regionais. Desse levantamento foi observado que a atuação das instituições nem sempre é direta nas comunidades, pois muitas vezes as entidades fazem parte de uma rede de organizações divididas por funções e níveis territoriais, o que pode invisibilizar algumas entidades que funcionam como ponto de conexão entre as escalas micro e macro.

Para complementar e aprofundar a pesquisa institucional de 2013, foi realizado um novo levantamento no período de 19 de julho a 2 de agosto de 2014, referente às instituições nas sedes municipais de Santarém e Altamira. Esse relatório apresenta as observações gerais referentes às principais temáticas discutidas nas instituições visitadas, além da análise do papel e da articulação entre as entidades em diferentes níveis de atuação e setores da sociedade. Pela disponibilidade de tempo em campo, apenas as instituições mais relevantes foram visitadas, o que resultou num mapeamento parcial da rede institucional para ambas as regiões.

Os dados resultantes desta expedição de campo servirão de base para pesquisas científicas específicas e detalhadas, contribuindo para a compreensão da influência da rede de instituições nos processos recentes de ocupação e urbanização da Amazônia.

2 OBJETIVOS

Visando complementar o levantamento realizado em 2013, este trabalho se propõe a entender a atuação institucional no sudoeste paraense, a partir do ponto de vista das instituições localizadas nas cidades de Altamira e Santarém. A escolha das cidades e instituições baseou-se nos dados levantados em campo e sofreu com a limitação de recursos e tempo disponíveis. O objetivo geral foi buscar informações e dados para entender a articulação das instituições com relação às comunidades e descrever a região no tocante à: educação e saúde, meio ambiente e turismo, produção, infraestrutura e planejamento urbano, bem estar e segurança e mobilidade populacional. Para esta caracterização, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

1. Mapear e descrever os dados e coletas sistematizadas existentes em cada instituição;
2. Identificar e coletar informações sobre a atuação das instituições nas comunidades e no território regional, bem como as principais articulações institucionais;
3. Coletar informações sobre a organização e caracterização regional para subsidiar a aplicação de questionários em comunidades na região de Altamira, de modo a complementar as análises provenientes de questionários aplicados em anos anteriores em comunidades na região Oeste Paraense;
4. Testar o conteúdo e forma do novo modelo de questionário a ser aplicado na próxima atividade de campo (realizada em outubro de 2014). Neste questionário, as questões foram reformuladas e um dispositivo digital móvel (tablet) foi utilizado para aplicação. Essa mudança de formato visa agilizar o processo de transcrição e tabulação dos dados após a coleta de campo.

As informações coletadas junto às instituições serão utilizadas nas pesquisas desenvolvidas pelo grupo *INPE Estudos Amazônicos*, no âmbito do Projeto UrbisAmazônia para subsidiar as análises de dinâmica e organização regional, bem como para entender os agentes e processos envolvidos na construção do urbano amazônico.

3 METODOLOGIA

As visitas institucionais foram realizadas no período de 19 de julho a 02 de agosto de 2014 nas cidades de Altamira e Santarém. No planejamento da expedição, identificaram-se as instituições presentes em ambas as cidades que pudessem representar o primeiro, segundo e terceiro setores. A escolha das instituições baseou-se nos questionários aplicados em comunidades, nos municípios de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Itaituba, Rurópolis, Trairão, Uruará, Placas e Novo Progresso. Com base nesses questionários, foram priorizadas as instituições citadas como atuantes nas comunidades e as que atuam nas áreas temáticas contempladas na pesquisa.

Para cada instituição foi preparado um roteiro (Apêndice 1) com os principais pontos a serem contemplados durante a entrevista que, de modo geral, versavam sobre cobertura da atuação institucional, principais entraves enfrentados historicamente, parceiros diretos e indiretos, dinâmica de ocupação, grandes empreendimentos estatais, principais atividades econômicas, desdobramentos futuros e informações sobre a existência e disponibilidade de dados sistematizados. Além disso, em algumas instituições foram direcionadas questões específicas sobre aspectos observados nos levantamentos de campo anteriores. A condução e duração das entrevistas variaram conforme a disponibilidade dos representantes.

Para o quarto objetivo específico, aplicou-se um questionário piloto na comunidade de Cucurunã, localizada nas imediações da cidade de Santarém. O questionário serviu para testar a ferramenta eletrônica de aplicação e tabulação dos dados, além de avaliar a inserção de novas perguntas no questionário, como descrito no Apêndice 1. Os principais resultados obtidos na expedição de campo são descritos a seguir.

4 RESULTADOS

Foram visitadas 21 instituições que representam os diferentes setores da sociedade. A Tabela 4.1 relaciona as instituições visitadas em cada município, o setor da sociedade e o tipo de informação presente.

Tabela 4.1 – Instituições visitadas em Altamira e Santarém por setor de atuação e tipo de dados disponíveis.

Município	Instituição	Setor	Tipo de dados
<i>Altamira</i>	Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	Primeiro	Sistematizado
	Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Primeiro	Sistematizado
	Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Primeiro	Sistematizado
	Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT)	Primeiro	Sistematizado
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Primeiro	Sistematizado
	Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (NASPM)	Segundo	Sistematizado
	Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)	Terceiro	Publicação
	Prelazia do Xingu	Terceiro	Sistematizado
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STTR)	Terceiro	Publicação
	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Terceiro	Sistematizado
<i>Santarém</i>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Primeiro	Sistematizado
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Primeiro	Publicação
	Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED)	Primeiro	Sistematizado
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Flona Tapajós (ICMBio – Flona Tapajós)	Primeiro	Publicação
	RESEX Tapajós Arapiuns (ICMBio – RESEX)	Primeiro	Publicação
	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS)	Primeiro	Sistematizado
	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Primeiro	Sistematizado
	Colônia de Pescadores (Z-20)	Terceiro	Sistematizado
	Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan)	Terceiro	Sistematizado
Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona)	Terceiro	Sistematizado	
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Terceiro	Sistematizado	

Em Altamira, além das instituições visitadas (Tabela 4.1), a equipe teve oportunidade de acompanhar algumas discussões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu), no período de 22 a 25 de julho, com representantes de diversos municípios do sudoeste paraense (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu).

Os principais resultados dessa expedição de campo consistem no mapeamento dos dados disponíveis para cada instituição, compreensão do nível de atuação e articulação mais gerais entre instituições, além da caracterização da ocupação regional, descritos a seguir.

4.1 Disponibilidade de Dados sobre as comunidades e núcleos populacionais nos municípios

Com relação aos dados existentes, observou-se que as instituições dispõem de diversas informações referentes às localidades que podem auxiliar e complementar as pesquisas desenvolvidas pelo grupo. Há dois tipos de informações disponíveis: publicações e dados sistematizados (Tabela 4.1.) Há instituições que possuem informações publicadas em estudos, livros e/ou relatórios específicos - como a *Fundação Viver Produzir e Preservar*, o *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* e o *Sindicato de Trabalhadores Rurais* - e instituições que possuem coletas sistemáticas de dados, organizados em tabelas e planilhas. Neste caso de coletas sistemáticas, se enquadram: as *Secretarias de Saúde*, com os dados das famílias coletados por agente comunitário de saúde (ACS), que alimentam o Sistema de Informações de Atenção Básica do Ministério da Saúde; as *Secretarias de Educação*, com informações dos alunos e escolas que alimentam a base do Censo Escolar do Ministério da Educação; o *Instituto Nacional para a Reforma Agrária*, com o cadastro e perfil das famílias incluídas no programa de reforma agrária; e o *Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante*, que coleta as informações referentes aos migrantes atraídos e não absorvidos por Belo Monte. Para acessar os dados sistematizados, estas instituições requisitam uma solicitação formal com detalhamento da pesquisa.

4.2 ALTAMIRA

As principais observações referentes à Altamira, obtidas nas instituições visitadas são descritas a seguir por temas de interesse.

4.2.1 Educação e Saúde

O município de Altamira possui 26.449 alunos matriculados em instituições de ensino em 2014, conforme declarado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com base nos dados do Censo Escolar. Esses alunos estão distribuídos entre as 140 escolas de Educação Infantil, Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 27 escolas indígenas.

Dos projetos e programas desenvolvidos em algumas escolas do município, destacam-se: *Brasil Alfabetizado*, *Programa Mais Educação* - uma iniciativa do Governo Federal para implementação de escolas em período integral -, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* – iniciativa do Governo Federal que assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade - e o *Programa de Saúde na Escola (PSE)* - política intersetorial da Saúde e da Educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira.

Recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) tem atraído um grande contingente populacional e com isso a demanda pelo sistema educacional do município aumentou: somente no último ano, 1.600 novos alunos foram matriculados no Sistema de Educação do município. Além disso, como indenização dada a algumas famílias pelos impactos da construção de Belo Monte, bem como pela implementação do programa governamental *Minha Casa, Minha Vida (MCMV)*, surgiram inúmeros bairros novos que por não possuírem escolas, sobrecarregam o sistema de transporte escolar do município. Para superar tal problema, a SEMED construiu no último ano quatro novas escolas e pretende construir outras, a fim de facilitar o

acesso dos alunos, bem como diminuir os altos custos de transporte que comprometem o orçamento da Secretaria.

Além disso, outro problema apontado foi a grande rotatividade e evasão de alunos, já que muitos permanecem na região por um curto período ou se vinculam à escola somente para obter o certificado de matrícula solicitado para a contratação pela UHEBM. Além disso, o sistema de educação tem sofrido com a ausência de funcionários qualificados, já que grande parte deles opta por trabalhar na UHEBH, que em geral oferece um salário mais atrativo.

Na área de saúde observou-se, de modo geral, que a construção da UHEBM tem aumentado as demandas sobre os serviços da Secretaria e que as compensações oferecidas pela empresa Norte Energia S.A. não acompanham as crescentes carências da região. Segundo relatos de diversos gestores institucionais, desde que iniciou a construção da UHBM houve um aumento no número de atendimentos nos postos de saúde e hospitais da região. Este aumento na demanda pode ser atribuído, entre outros fatores, ao significativo aumento populacional, à ampliação da prevalência de doenças - como HIV, malária - e à intensificação da morbidade e mortalidade por causas externas, tais como acidentes de trânsito, violência e uso de drogas.

4.2.2 Meio Ambiente e Turismo

Por apresentar uma das maiores dinâmicas de desmatamento da Amazônia Legal ², o município de Altamira é considerado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como prioritário para aplicação de ações de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia. Segundo a SEMAT, um dos aspectos que dificulta a gestão no município é a presença de áreas protegidas - Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TI) - que ocupam 90% da área municipal e não são geridas pelo município. Além disso, os desmatamentos concentram-se nos distritos de Castelo dos Sonhos e

² Segundo dados do projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite - PRODES (INPE, 2010) foi o município amazônico que mais desmatou em 2012, com 230 km², e o segundo que mais desmatou em 2013, com 296 km², perdendo somente para Porto Velho.

Cachoeira da Serra, que distam aproximadamente 1.000 km da sede municipal e conectam-se mais fortemente com o sudoeste do Pará e norte do Mato Grosso, tanto fisicamente quanto pelas relações econômicas e de serviços (AMARAL et al, 2012). Por esse motivo, os gestores de meio ambiente apoiam a emancipação desses dois distritos e enfatizam que isso ainda não aconteceu porque os ambos reivindicam autonomia isoladamente e não possuem contingente populacional suficiente.

Para controlar o desmatamento, apesar das longas distâncias e dificuldade de acesso, dentre as ações da SEMAT, a administração do município tem priorizado a implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR³. Para isso, tem por meta progredir dos atuais 60% para 80% de cadastramento, o que habilitaria a inclusão do município no Programa Municípios Verdes (PMV)⁴.

Além dos inúmeros impactos ambientais discutidos em esfera nacional e internacional referente à implantação da UHEBM, no ambiente urbano de Altamira os principais problemas decorrem do rápido crescimento da cidade e as consequências ambientais resultantes desse processo. Como problemas ambientais foram citados: excesso de lixo, aumento dos efluentes, ocupação de áreas ambientalmente frágeis e pressão por novas áreas para ocupação urbana. Para minimizar estes impactos, a administração municipal tem incentivado medidas como pontos de coleta seletiva de lixo, um centro de reciclagem, conscientização ambiental nas escolas e o incentivo ao sentimento

3 O CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais (SICAR, 2013).

4 O PMV é um programa do Governo do Pará desenvolvido em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada e Ministério Público Federal, com o objetivo de combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e gestão ambiental, com foco em pactos locais, monitoramento do desmatamento, implantação do CAR e estruturação da gestão municipal (Fundo da Amazônia, 2012).

de “pertencimento” e comprometimento ambiental com o município, mesmo entre os imigrantes.

Apesar do potencial do município de atrair pessoas interessadas em atividades turísticas, como inserção na cultura indígena, produção de cacau, gastronomia, pesca e esportes náuticos, a ausência de incentivo do Estado, bem como a dificuldade e alto custo de acesso, dificultam o crescimento da atividade na região.

4.2.3 Produção

Nos últimos anos, na agricultura familiar ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230) as culturais anuais, tais como milho feijão e arroz (lavoura branca), deixaram de ser fonte de renda para os pequenos agricultores e foram gradativamente substituídas por culturas perenes, sendo o cacau o principal produto⁵. Além deste, é frequente que o pequeno produtor crie gado, como uma reserva de recurso - uma média de 40 cabeças por família - e também se dedique à agricultura de subsistência de produtos como mandioca, hortaliças, arroz, feijão e milho.

A relevância do cultivo de cacau para a região é evidenciada com a discussão no Congresso Nacional da criação do Distrito Florestal Sustentável do Cacau⁶, que embora ainda seja desconhecido em muitas instituições visitadas, representa o fortalecimento da produção e economia de diversos municípios. Observou-se também o esforço na região para organizar e comercializar a produção, agregando valor ao produto final através da implementação do

5 Além do cacau, café e pimenta do reino já foram representativos para a economia dessa região.

6 O projeto de lei do Distrito Florestal Sustentável do Cacau, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, tem como objetivo a implementação de políticas públicas para ampliar, consolidar e desenvolver a cacauicultura no estado do Pará. Conforme a proposta, o distrito abrangerá municípios do entorno da Rodovia Transamazônica, da PA-279 (rodovia estadual que liga os municípios de Água Azul do Norte, Tucumã Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, até a BR-155 em Xinguara) e outras regiões com potencial para a cacauicultura no estado. O programa deve também oferecer treinamento, capacitação e assistência técnica para todos os setores da cadeia produtiva do cacau, investimentos em infraestrutura de transporte, armazenamento e energia, além de incentivos fiscais e creditícios para investimentos na cadeia de produção do cacau, entre outros objetivos (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

FUNCACAU⁷ e da presença de inúmeras cooperativas. Um exemplo é a cooperativa e fábrica de chocolates CacauWay, - que atualmente possui três lojas no Pará - criada no município de Medicilândia com incentivo e apoio da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Dentre as demandas listadas pelos representantes institucionais, a assistência técnica junto ao produtor e a ampliação das linhas de créditos são frequentemente requeridas para ampliar e melhorar a produção agrícola dos pequenos agricultores do município. Além disso, no âmbito interno, instituições como o Sindicato de Trabalhadores Rurais levantaram como um problema a carência de recursos humanos e financeiros, bem como a inadimplência dos associados.

Com a implementação da UHEBM na região outro problema que atinge o produtor local é o aumento do custo de vida e de produção, que se explica em parte pela evasão de mão de obra do campo para trabalhar na usina e pelo aumento geral dos preços dos produtos consumidos na região. Em decorrência disso, estas dificuldades têm, com frequência, incentivado o pequeno e médio produtor a abandonar a produção para trabalhar na UHEBM, ou mesmo vender sua propriedade rural e migrar para os centros urbanos.

4.2.4 Infraestrutura e planejamento urbano

Em termos regionais, a cidade de Altamira constitui um importante centro de referência para acesso a serviços e equipamentos urbanos para a população dos municípios vizinhos, especialmente os localizados ao longo da Transamazônica.

Atualmente, o processo de estruturação urbana da cidade de Altamira também tem sido influenciado pela construção da UHEBM. O crescimento populacional

7 O Fundo de Apoio à Cacaucultura do Estado do Pará (FUNCACAU), desenvolvido em 2011 pela Secretaria Estadual de Agricultura do Pará, em parceria com a CEPLAC, coloca a produção cacaeira como um dos segmentos prioritários da economia estadual. Para isso o programa promove incentivos e investimentos em novas tecnologias, capacitação técnica de produtores e apoio ao cooperativismo (SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DE PESCA, 2011).

de 140 mil habitantes em 2014 (frente aos 100 mil em 2010) e a expectativa de desenvolvimento econômico do município com o empreendimento, impulsionaram a construção civil e a disponibilidade de serviços, tais como hotéis, pousadas, pensionatos e loteamentos residenciais de padrões econômicos variados. Muitos desses loteamentos são resultados das condicionantes ambientais e sociais exigidas para a construção da obra, com a finalidade de realocar os moradores residentes em áreas próximas ao Rio Xingu até a cota 100⁸. Esses loteamentos, chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), representam vetores da expansão horizontal da cidade, pois em geral se localizam no entorno da mancha urbana.

Além disso, assim como em Santarém, o projeto do governo federal *Minha Casa, Minha Vida (MCMV)* também modifica a paisagem urbana: em Altamira, para o próximo ano está prevista a construção de cerca de 5.000 casas pelo projeto. Ainda no espaço intraurbano, obras de infraestrutura, como a implantação do saneamento básico e água tratada e a construção de um anel viário para desviar o fluxo de veículos do centro da cidade, mudam a paisagem transformando-a em um "canteiro de obras".

As novas demandas da população e o intenso crescimento da cidade questionam a efetividade das leis de ordenamento territorial contempladas no Plano Diretor, que em função disso está sendo revisto. As principais mudanças são relacionadas ao limite do perímetro urbano, às alterações no zoneamento urbano e ao processo de regularização fundiária dos lotes urbanos.

4.2.5 Bem estar e segurança

Com a construção da UHEBM e o conseqüente aumento do fluxo populacional na região, intensificaram-se também alguns problemas relacionados ao bem estar e segurança da população.

⁸ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte determinou a área urbana de Altamira que será alagada pelo empreendimento como a compreendida até o limite de 100 metros de altura acima do nível do mar, a chamada cota 100.

As informações das instituições visitadas dão conta de forma recorrente que nos últimos anos a região vem enfrentando sérios problemas com o aumento do consumo de drogas e álcool, das taxas de homicídio, agressões, estupro, casos de prostituição (inclusive com exploração ilegal de crianças, adolescentes e pessoas traficadas), gravidez na adolescência, mortalidade por acidentes de trânsito e de doenças como HIV e malária.

Para mitigar tais problemas, comprovadamente em consequência das obras da UHEBM, a empresa Norte Energia S.A. fornece recursos para a construção de pontos de esporte, cultura e lazer, centro de recuperação de usuários de drogas, abrigo para menores, desenvolvimento de campanhas de planejamento familiar, centro de convivência para idosos e de cursos profissionalizantes para jovens (como cursos de moda, informática básica e avançada, contabilidade, administração e violão).

Para efetivar estes benefícios, o município encontra problemas quanto à insuficiência de mão de obra qualificada de professores, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, que são com frequência empregados diretamente nos núcleos de população criados para abrigar os funcionários da obra, agravando a carência dos serviços sociais na região.

4.2.6 Mobilidade populacional

Entre as questões ressaltadas com frequência pelos gestores das instituições visitadas, destaca-se a intensificação do fluxo migratório para a região. A construção da UHEBM e a propaganda de desenvolvimento regional atraíram um grande número de pessoas interessadas na oferta de trabalho proporcionada direta ou indiretamente pelo empreendimento.

Entre os imigrantes observa-se uma forte seletividade migratória de homens em idade ativa, que com frequência deixam suas famílias em suas cidades de origem e se instalam nos municípios da região, principalmente em Altamira. Além disso, observa-se uma intensa rotatividade de migrantes: as demandas por tipo de mão de obra e número de trabalhadores variam com o avanço da

construção, o que leva alguns trabalhadores a permanecerem por um período determinado ou não se enquadrarem no perfil de trabalho requerido.

Os imigrantes originam-se de várias partes do país e também de diversos municípios do estado do Pará. Entre as origens mais frequentes foram mencionados os estados do Maranhão, Ceará, São Paulo, Amazonas e os municípios paraenses de Marabá e Tucuruí. Há ainda redes migratórias específicas que se constroem entre algumas origens como Maranhão, pois a própria empresa Norte Energia S.A. recruta trabalhadores em pontos estratégicos⁹. Na rede de trabalhadores especializados em construção de barragens, os chamados “barrageiros” migraram de estados como Rondônia, onde estão sendo construídas as usinas de Jirau e Santo Antônio e posteriormente, possivelmente migrarão para o município de Itaituba, onde será construída a Usina de Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

A migração originária de zonas rurais para trabalhar na UHEBM foi intensificada, especialmente por jovens, o que muitas vezes prejudica a produção de pequenos agricultores por diminuir a oferta de mão de obra no campo. Com isso, os preços dos produtos agrícolas locais para o abastecimento alimentar básico sofreram um acréscimo considerável, aumentando o custo de vida na região.

A remessa de recursos financeiros também é frequente, visto que muitos trabalhadores migrantes tendem a investir ou enviar o dinheiro adquirido com o trabalho na UHEBM para suas regiões de origem. Esse fato tende a agravar ainda mais os problemas da região, visto que o dinamismo econômico não está diretamente relacionado ao crescimento da população local, que por outro lado provoca uma série de desvantagens comparativas.

Como condicionante para a construção da usina, a empresa Norte Energia S.A. tornou-se responsável por redirecionar as pessoas atraídas pela obra, mas que

⁹ No caso dos maranhenses o ponto de recrutamento corresponde ao ponto final da linha de trem São Luiz (MA) a Marabá (PA), onde há um posto de seleção da Norte Energia S.A.

não se enquadram no perfil requisitado. Para isso criou o *Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante*, que entre outras atribuições, é responsável por proporcionar o retorno dos imigrantes que não conseguem trabalho. Estes imigrantes podem acessar o serviço por meio de demandas espontâneas ou encaminhamento de instituições como a Secretaria de Assistência Social. Porém nem todos solicitam o serviço, uma vez que muitos acreditam na propaganda desenvolvimentista apregoada pela obra e escolhem se instalar na região.

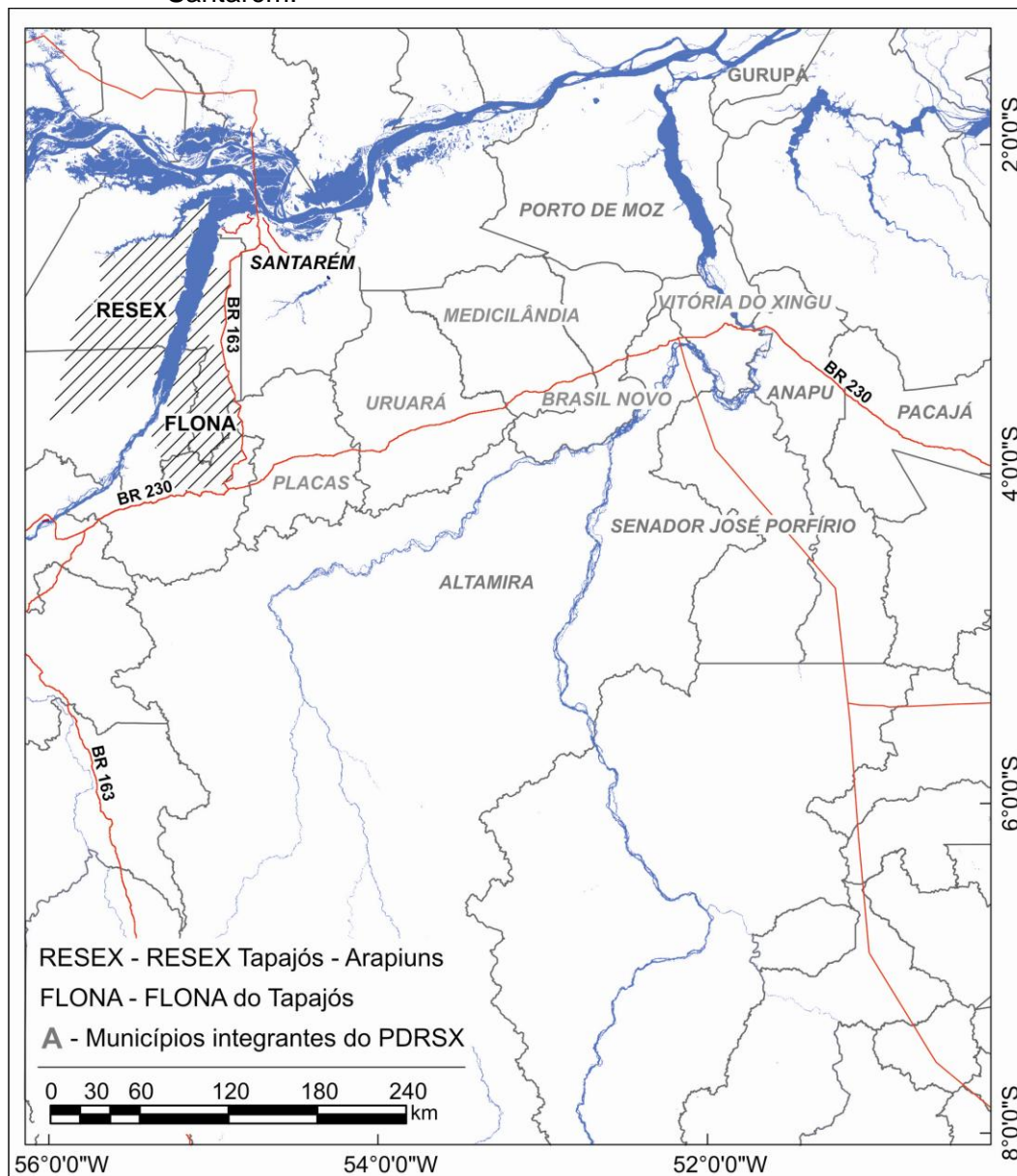
Ainda decorrente da construção da UHEBM, há a tipologia migratória do reassentamento das pessoas que vivem nas zonas urbanas e rurais das margens que serão alagadas. No contexto intraurbano, as pessoas estão sendo realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) e na zona rural, com as indenizações as famílias podem comprar novas terras em outras áreas. Esse processo tem contribuído para o aumento da demanda por terras na região, o que gera uma conseqüente alta no preço das fazendas próximas e força as pessoas a se deslocarem para regiões mais distantes.

4.2.7 Desenvolvimento regional

Apesar dos reservatórios da UHEBM estarem localizados nos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, os impactos da construção, sejam eles positivos ou negativos, têm projeção territorial regional e nem sempre são plenamente conhecidos pelos agentes institucionais.

As reuniões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) oferecem um espaço para discussão dos caminhos para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida regional, nas quais fazem parte os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilância, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (Figura 4.1). Para o PDRSX, a implantação de grandes obras de infraestrutura, como a construção da UHEBM, representa uma oportunidade de repensar e viabilizar as políticas públicas vigentes, com o foco central na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Figura 4.1 – Municípios da região sudoeste do Pará integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e as UCs no entorno de Santarém.



Para cumprir este objetivo, o Comitê Gestor do PDRSX (CGDEX), instalado em 3 de junho de 2011, realiza reuniões aproximadamente mensais com representantes federais, estaduais, dos municípios envolvidos e da sociedade civil. As reuniões do Comitê são precedidas por reuniões de suas Câmaras Técnicas (CT), que atualmente são compostas por sete grupos, a saber: ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental, infraestrutura para o desenvolvimento, fomento às atividades produtivas sustentáveis, inclusão social e cidadania, monitoramento e acompanhamento

da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte, povos Indígenas e populações tradicionais, saúde e educação.

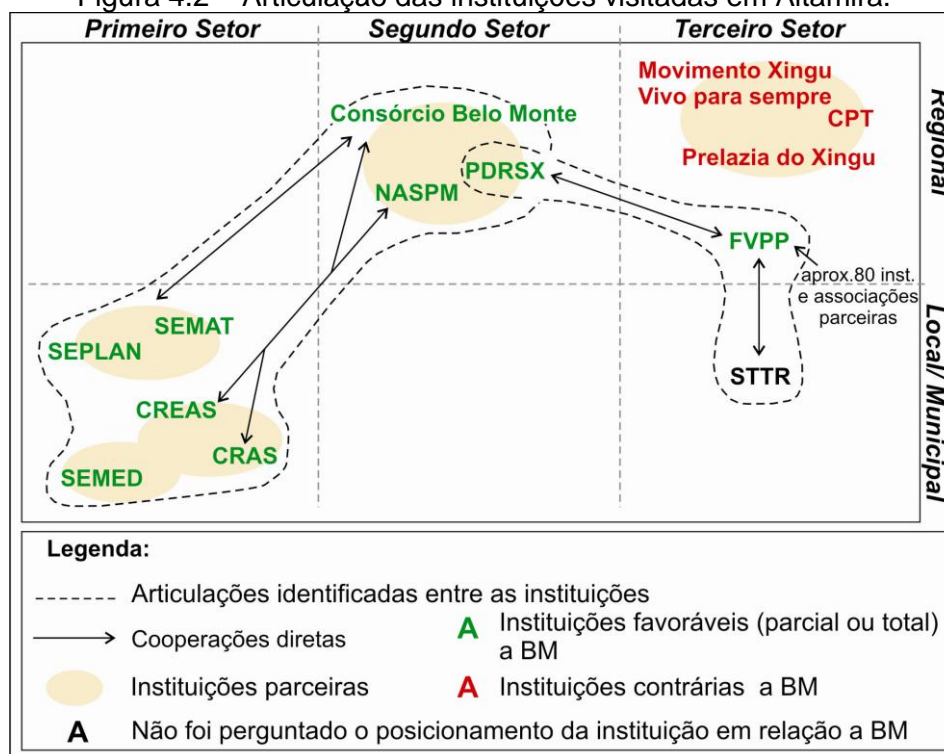
As demandas municipais são diferenciadas entre os eixos temáticos, o que torna nítido os diferentes níveis de estruturação social, política e econômica dos municípios. Por exemplo, enquanto há municípios que priorizam a construção de escolas de ensino fundamental e construção e reforma de postos de saúde, outros solicitam o fortalecimento do ensino superior e a construção de hospitais para atendimentos de alta complexidade.

4.2.8 Atuação e articulação das instituições visitadas

Além das informações referentes à caracterização regional, apresenta-se uma proposta de mapeamento da articulação das instituições visitadas em Altamira. Trata-se de um mapa parcial, resultado do que foi possível inventariar em campo. A figura 4.2 apresenta a percepção das articulações identificadas entre as instituições, relacionadas em termos de tipo (primeiro, segundo ou terceiro setor), área territorial de atuação (regional ou local/municipal) e cooperações. Dado a influência na gestão regional, o Consórcio Belo Monte foi incluído como instituição que representa a UHEBM e seus desdobramentos.

De modo geral, observou-se que a rede institucional se articula de diferentes formas: por meio de cooperações diretas - nas quais as instituições atuam conjuntamente na discussão e execução de alguns projetos e demandas -, e como instituições parceiras – quando as instituições possuem relações de complementaridade e posicionamentos semelhantes. Além dessas, foi possível mapear as instituições que se articulam direta ou indiretamente.

Figura 4.2 – Articulação das instituições visitadas em Altamira.



Em termos de abrangência de atuação territorial, as instituições podem ser categorizadas em dois grupos. No primeiro grupo estão as que atuam a nível local, aqui entendido como referente à escala intramunicipal, entre as quais estão as secretarias municipais e o sindicato dos trabalhadores rurais de Altamira. No segundo grupo estão as instituições de atuação regional, ou seja, aquelas cuja atuação não está restrita aos limites administrativos de um município, entre as quais estão o Núcleo de Atendimento Social e Psicológico do Migrante (NASPM), as reuniões do PDRSX, a CPT, a Prelazia do Xingu e a FVPP. Além destas, a partir de percepções indiretas (não foram visitadas) coletou-se parte das redes institucionais do Consórcio de Belo Monte e do Movimento Xingu Vivo para Sempre¹⁰.

¹⁰ No primeiro grupo vale ressaltar que o sindicato, apesar de representar os trabalhadores rurais do município de Altamira, se articula com outros sindicatos, bem como com instituições de abrangência regional, como a FVPP. As secretarias, por outro lado, adotam o posicionamento da prefeitura municipal e por isso participam ativamente da negociação das condicionantes e da proposição de estratégias para reduzir os impactos da construção da UHEBM.

De forma geral, observa-se que a construção da UHEBM provocou uma ruptura político e ideológico entre as instituições, dividindo as que são favoráveis, as que são contrárias, mas que optaram participar das negociações e as que continuam se opondo ao projeto. Desse modo, as relações colaborativas são estabelecidas, de um lado entre as instituições contrárias à implementação do empreendimento, como a Prelazia do Xingu e a CPT, e de outro entre as instituições cujo posicionamento político dialoga com o projeto e seus desdobramentos.

Ressalta-se que esse posicionamento favorável, seja total ou parcial, está associado principalmente às condicionantes acordadas para a implantação da UHEBM. A FVPP é um exemplo, cuja articulação com o consórcio se estabelece por meio do PDRSX – um condicionante da obra, em que a FVPP, que possui uma rede com cerca de 80 instituições e associações parceiras, é a representante da sociedade civil. Indiretamente, essa rede da FVPP também se alinha ao PDRSX, como no caso o sindicato, cujo posicionamento em relação ao empreendimento não ficou claro durante a conversa.

Fazem parte da rede institucional da FVPP os sindicatos, cooperativas e representações de moradores e produtores rurais, movimentos sociais rurais e urbanos do sudoeste do Pará, universidades, ONGs nacionais e internacionais, entre outras instituições, que se articulam na identificação das demandas e na proposição de alternativas. Nessa rede colaborativa, as demandas de comunidades ou grupos de pessoas chegam até a FVPP por intermédio dos representantes locais, como os sindicais e de associações de moradores. A partir das demandas, a fundação se articula com as demais instituições parceiras e passa a coordenar ações para implantação de projetos e solução de problemas. Atualmente, a FVPP tem em torno de 20 projetos em andamento, relacionados com artesanato, produtos orgânicos, confecção de roupas e móveis.

Para instituições como o CRAS, CREAS, CPT e a Prelazia do Xingu, a atuação junto à população é realizada por meio de uma rede. Essas instituições trabalham com denúncias: quando os casos chegam oferecem suporte e

acionam outras instituições, como Ministério Público, Polícia Civil e outras instituições de proteção do cidadão, para direcionarem os casos.

4.3 SANTARÉM

As principais observações referentes à Santarém obtidas nas instituições visitadas são descritas a seguir por temas de interesse.

4.3.1 Educação e Saúde

A Secretaria de Educação do município de Santarém é responsável pelas unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental prioritariamente, e desenvolve parceria com a Quinta Unidade Regional de Ensino da Secretaria Estadual de Educação, buscando consolidar a rede de formação dos alunos do município.

Atualmente, das 378 escolas do município, 280 estão distribuídas nas comunidades ribeirinhas e 48 estão em áreas consideradas urbanas. As demais unidades escolares estão distribuídas nas comunidades do Planalto (porção leste do município).

Baseado nas pesquisas de campo anteriores buscou-se compreender a escolha de escolas consideradas polos e anexas a partir da perspectiva institucional. Das entrevistas com gestores, concluiu-se que as escolas polo são criadas com objetivo de eliminar o isolamento das instituições de ensino menores e não deixá-las desamparadas administrativamente. Essa nucleação é definida pelas condições da comunidade, concentração de número de alunos, estrutura da escola e distância a outros centros de ensino. Uma escola ou sala anexa, assim definida, tem sua administração vinculada à escola polo. Atualmente, a Secretaria tem buscado realizar uma nova nucleação de escolas, haja vista que há muitas unidades escolares consideradas como salas anexas com grande número de alunos. Esta nova nucleação irá auxiliar na distribuição de investimentos e melhor administração da Secretaria.

Os setores e departamentos da Secretaria de Educação visitados para aquisição de informações e de dados sistematizados foram: o setor de planejamento, de estatística, de engenharia, departamento de alimentação e departamento de educação especial. Foram obtidos dados sistematizados das escolas localizadas no Planalto e em cada setor/departamento pode-se compreender a atuação da secretaria com as escolas do município.

Com relação à saúde, não foi possível entrevistar o secretário responsável pela unidade de saúde e tão pouco adquirir dados sistematizados. Entretanto, fez-se a requisição através de um formulário para a aquisição de dados dos estabelecimentos de saúde do município, de acordo com o protocolo exigido pela Secretaria de Saúde.

4.3.2 Recursos florestais e pesca

Das visitas institucionais constatou-se que a utilização de recursos florestais e pesca são fundamentais para a manutenção e sobrevivência da população do oeste paraense, especialmente nas UCs, corroborando com o observado nos levantamentos de campo anteriores. A própria definição de UC de uso sustentável é dada a possibilidade de utilização sustentável dos recursos pelas populações residentes, que no entorno de Santarém, na Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós e Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns, representam aproximadamente 27 mil moradores¹¹.

Para viabilizar o Plano de Manejo na FLONA, foi criada a Cooperativa Mista da FLONA (COOMFLONA), que constitui um modelo de manejo florestal comunitário de caráter empresarial com quadro de trabalhadores restrito aos comunitários da FLONA. Além dos produtos madeireiros, são também explorados produtos não madeireiros como o artesanato e o turismo, que constituem uma importante fonte de renda para parte dos comunitários. Embora criada sob o nome de cooperativa da FLONA, apenas uma minoria é

¹¹ O número de habitantes residentes nas duas unidades de conservação foram informados pelos representantes do ICMBio FLONA e RESEX a partir dos levantamentos realizados junto as comunidades das respectivas UCs.

associada à COOMFLONA e usufrui diretamente dos benefícios da cooperativa¹².

Na região, a exploração ilegal de madeira e a pesca industrial são problemas nem sempre combatidos, devido às distâncias e ao quadro reduzido de agentes dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Em UCs cujos limites também são definidos pelo traçado de rios, como a FLONA Tapajós e a RESEX Tapajós Arapiuns, somente os recursos florestais e não os hídricos estão sob domínio do ICMBio. Essa questão se torna fundamental para a gestão e manutenção da unidade e está na pauta de discussão do ICMBio, uma vez que as populações residentes nessas unidades são tradicionais e tem o rio como meio de sobrevivência.

Em relação à pesca, o oeste paraense possui atualmente cerca de 40 mil pescadores artesanais e grande parte do que é produzido é consumido localmente. Conforme relatado, o amparo financeiro durante o período de defeso aos pescadores tem sido fundamental para a manutenção e aumento da abundância de algumas espécies. Contudo, a abundância das espécies com legislações específicas, cujo defeso não coincide com período de amparo, tem diminuído.

Entre as principais demandas elencadas estão:

- Criação de uma secretaria da pesca em Santarém: atualmente devem se deslocar até Belém para resolver qualquer problema;
- Construção de um Centro Integrado de Pesca Artesanal (SIPAR) para armazenar a pesca e facilitar a comercialização em diferentes períodos do ano;
- Estreitamento das relações com o Ministério do Trabalho e Ministério da Pesca: atualmente não recebem seguro desemprego e com frequência os documentos de comprovação de atividade sofrem atraso na entrega, colocando os pescadores em risco de multa por prática ilegal da pesca.

¹² Há um projeto de reproduzir esse modelo de manejo na Resex.

4.3.3 Produção

No entorno de Santarém, além da produção de grãos, destaca-se a produção de agricultores familiares, que servidos por ampla rede de estradas e próximos aos centros urbanos, abastecem as feiras distribuídas nas cidades de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Os principais produtos são frutas, como abacaxi, melancia, maracujá e limão, além de hortaliças, pimenta do reino e farinha. Em geral, os produtores estão associados à Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), uma associação que agrega 212 cooperados, em 81 comunidades, e quatro feiras distribuídas pela cidade de Santarém. A seleção dos associados é feita por intermédio dos representantes da associação nas comunidades, sendo que a maior parte dos produtores associados está localizada no município de Mojuí dos Campos, emancipado em 2012.

Enquanto a agricultura familiar do planalto santareno organiza sua produção e comercialização através de uma associação representativa e atuante, as comunidades ribeirinhas, muitas situadas em UCs, geralmente acessam o mercado consumidor de Santarém por intermédio de atravessadores. Esta diferença pode ser explicada pela dificuldade de acesso das comunidades ribeirinhas à cidade de Santarém e pelo fato da produção ribeirinha ser voltada basicamente para a produção de farinha. Por outro lado, há um consenso entre os representantes das instituições na percepção de que essas comunidades têm potencial para cooperativismo e, portanto, capacidade de acessar um mercado diferenciado. A produção ribeirinha é variada e voltada para a subsistência, sendo a mandioca para a produção de farinha o principal produto econômico¹³. Entre outras atividades, destaca-se a extração da borracha, mel de abelha, criação de animais de pequeno porte (como galinha e porco), pecuária, produção de agricultura perene e produção de alimentos para a Agricultura Familiar.

¹³ A farinha constitui a maior atividade produtiva da população do Tapajós e do Arapiuns, mas conforme relatado por alguns representantes, a produção de farinha tem diminuído nos últimos anos devido os programas de transferência de renda do governo.

Programas federais como o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*¹⁴ e o *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*¹⁵ são alternativas econômicas para a produção dos pequenos agricultores. Deve-se ainda citar a expansão da produção orgânica na agricultura familiar, que tem conquistado um crescente mercado na região.

4.3.4 Bem estar e segurança

Nas instituições a preocupação quanto às questões de bem estar e segurança em Santarém é evidente, tanto em relação ao acesso da população aos órgãos para denúncia, esclarecimentos e apoio, quanto na disseminação da informação e busca das demandas nas diferentes áreas municipais. As áreas de atuação do município se dividem em: planalto, ribeirinha, projetos de assentamento e quilombola. Na cidade de Santarém há bairros onde conflitos sociais como violência, uso de drogas e prostituição são mais frequentes. Em áreas mais "isoladas" e/ou tradicionais, como nas comunidades ribeirinhas do Arapiuns, situações como exploração sexual de crianças e adolescentes, não são combatidas ou denunciadas por terem se tornado fatos culturalmente naturalizados.

Estes problemas foram identificados a partir da implementação do programa *Busca Ativa*¹⁶, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

¹⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

¹⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido pelo Ministério da Educação, oferece alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional e na maioria dos casos atua em parceria com os pequenos produtores locais.

¹⁶ A Busca Ativa é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria e implica em levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres busquem o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social. A ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios com conflitos, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos, desconhecimento de seus direitos, entre outros, dificultam o acesso dessas famílias aos programas sociais municipais, estaduais e Federais. Assim, a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias

combate à Fome (MDS). Nesse contexto, criou-se o projeto Maromba, cujo objetivo é acessar semanalmente diferentes comunidades ribeirinhas de Santarém e levar até elas o apoio de cerca de 70 profissionais de áreas como: entrevistadores do Cadastro Único, dentistas, educadores e médicos. Esta iniciativa da prefeitura de Santarém que agregou as diferentes secretarias municipais foi finalista em 2013 do prêmio *Rosani Cunha de Desenvolvimento Social* oferecido pelo MDS e resultou em uma inserção de inúmeras famílias no Cadastro Único, aumento do cumprimento de condicionantes de saúde e educação, além de gerar um maior conhecimento por parte dos gestores públicos, dos principais problemas e desafios enfrentados por essa população.

Os principais problemas relatados no município e atendidos pelas entidades especializadas são o consumo de drogas - especialmente na cidade -, violência contra a mulher, prostituição infantil – especialmente nas áreas turísticas do município e moradores de rua. Para combater esses problemas, a atual gestão tem ampliado o número de conselhos tutelares e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), disponibilizando um centro para atendimento da população de rua, além de divulgar e incentivar as matrículas nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Na maioria dos cursos oferecidos pelo Pronatec, em parceria com Instituições como UFPA e Sistema S, a demanda supera a oferta, ao contrário do que ocorre em Altamira. De acordo com os gestores do projeto, os cursos mais procurados são: mecânica de automóveis e motocicletas, eletricitista predial, motorista de produtos perigosos, motorista de retroescavadeira, libras, artesanato, auxiliar administrativo, idioma, entre outros.

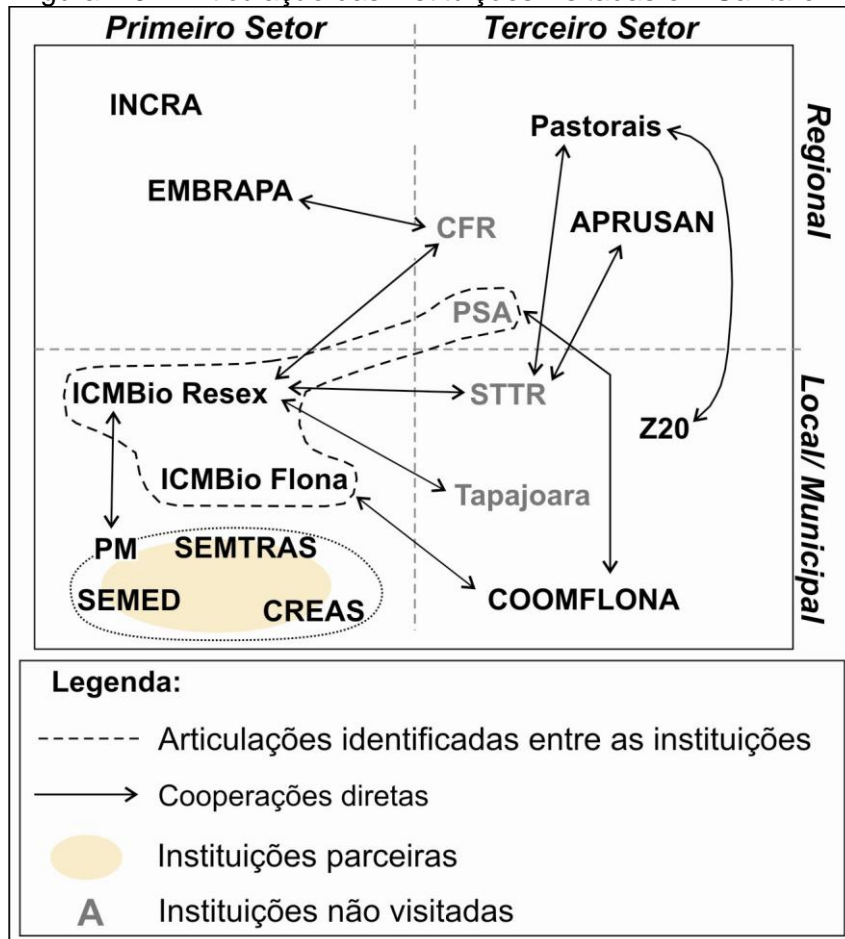
4.3.5 Atuação e articulação das instituições visitadas

Além da caracterização regional, apresenta-se um mapeamento parcial da articulação das instituições visitadas em Santarém (Figura 4.2). Na figura as

extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013).

instituições são representadas quanto ao setor de atuação (primeiro e terceiro setores), abrangência territorial (regional ou local/municipal) e cooperações.

Figura 4.3 – Articulação das instituições visitadas em Santarém.



Quanto à abrangência territorial, para as instituições visitadas em Santarém, a escala local/municipal refere-se também a outras unidades administrativas, como no caso das UCs, geridas pelo ICMBio que é responsável por todas UCs instituídas pela União. Dessa forma, na escala local foram visitadas as secretarias municipais, as secretarias administrativas do ICMBio para a FLONA Tapajós e para a RESEX Tapajós Arapiuns, a COOMFLONA, a Z-20 e o CREAS. Em nível regional estão as pastorais, a Embrapa e o INCRA - que atuam em diversos municípios do oeste paraense, e a APRUSAM - que atende os produtores rurais do Planalto Santareno, nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

A atuação das instituições, em geral, é alicerçada por uma rede de organizações, com diferentes funções e níveis territoriais, que articula as escalas de atuação governamental. Por exemplo, o ICMBio RESEX Tapajós-Arapiuns, enquanto instância deliberativa na gestão da UC, tem a atuação intermediada pela Associação dos Moradores da RESEX - Tapajoara, e, assim como o ICMBio, a FLONA Tapajós desenvolve parcerias diversas instituições, como o Projeto Saúde e Alegria (PSA), Prefeitura Municipal (PM), STTR, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), organizações do terceiro setor, entre outras entidades.

Em comparação aos levantamentos de campo, nem sempre o ICMBio foi citado como instituição presente nas comunidades, apesar da irrefutável atuação. Diferentemente do obtido para a Tapajoara e PSA, que foram citados nas comunidades em que desenvolviam algum projeto. O PSA atua eficientemente nas comunidades localizadas em UCs, desenvolvendo projetos em parcerias com outras instituições para viabilizar a manutenção das populações, fornecendo alternativas de renda e acesso a mercados especializados, micro sistemas de água, oficinas, auxílio em projetos para regulamentação fundiária, entre outros.

Ficou evidente que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), embora não visitado, atua intensamente junto às instituições em Santarém, por ter sido citado em entidades do primeiro e terceiro setor. Na EMBRAPA a articulação com o STTR é indireta e mediada pela Casa Familiar Rural (CFR), projeto que vem sendo implantado no sudoeste paraense pela FVPP desde 1995 no qual o STTR é um parceiro e apoiador. A EMBRAPA, que deve realizar pesquisas para a produção agrícola, atua a partir das demandas municipais, dificilmente a partir das necessidades específicas do produtor individual.

Na prefeitura municipal de Santarém, as secretarias atuam como entidades parceiras, especialmente nas ações conduzidas pela prefeitura. Entre as ações destaca-se a *Busca Ativa* que percorre as comunidades localizadas no município para identificar as demandas e disponibilizar acesso aos serviços para a população, através do cadastro no CAD Único e os programas

vinculados ao Bolsa Família. A Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), dado as atribuições de cada entidade, atuam conjuntamente em diversas situações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados em campo, e da descrição geral apresentada, pode-se afirmar que as instituições em Altamira e Santarém:

1. São importantes fontes de informações e dados sistematizados, que podem complementar as informações coletadas em campo. A visão fornecida pelas instituições agrega informações às percepções adquiridas em campo, para caracterizar processos e atores em diferentes escalas espaciais e temporais;
2. A atuação das instituições nas comunidades nem sempre é direta. Algumas atuam através de intermediários, ou seja, a atuação das entidades nas comunidades é intermediada por outras formas de representação comunitária ou até mesmo outras instituições. Essa articulação, nem sempre é capturada nos levantamentos de campo realizados pelo grupo, sendo que normalmente cita-se apenas a instituição que faz a intermediação;
3. No território, as instituições atuam em conjunto com outras instituições, como uma rede. Contudo, nem sempre a relação entre as instituições é colaborativa e, muitas vezes, decorre de posicionamentos políticos, ideológicos e conjunturais divergentes;
4. As instituições, muitas vezes, fazem a ponte entre a produção local e a sua inserção em mercados mais especializados;
5. Muitas vezes as instituições são hierarquizadas por instâncias governamentais, privadas e do terceiro setor.

No sudoeste paraense as cidades de Altamira e Santarém são dois importantes centros urbanos de referência regional, cuja ocupação foi historicamente influenciada pelo acesso proporcionado pelos rios e estradas e atualmente, pela instalação de grandes investimentos em infraestrutura. Em que pese as semelhanças gerais, tem-se a percepção clara das diferenças entre ambas

idades: Santarém, por sua posição estratégica entre as cidades de Belém e Manaus segue predominantemente a dinâmica do rio (apesar da crescente influência da estrada), enquanto Altamira segue predominantemente a dinâmica da estrada.

Em Altamira, expressões como *Pará paraense, diferente do nosso Pará* ilustram o sentimento de diferença em relação à ocupação tradicional amazônica, que em Santarém, apesar da notável heterogeneidade de origens populacionais, fica mais clara. Conceitos como o *pertencimento* são trabalhados com a população altamirense, em sua maioria de origem não paraense, nas práticas de educação ambiental. E as transformações na paisagem, nem sempre constantes, são rápidas e intensas, como no ritmo da estrada. Enquanto Altamira se parece com um “canteiro de obras” e efervesce com as questões políticas e ideológicas acerca da UHEBM, em Santarém as mudanças são mais gradativas e os posicionamentos, quanto a grandes obras e investimentos, ainda são mais sutis e indiretos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P. A.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S. E; MONTEIRO, A. M. V. Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no sul do Pará: lições para o Distrito Florestal Sustentável da BR 163. **Geografia (Rio Claro)**, v. 35, n. 1, p. 165 - 182, 2010.

AMARAL, S.; ANDRADE, P. R.; ESCADA, M. I. S.; ANDRADE, P. R.; ALVES, P. A.; PINHEIRO, T. F.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; SAITO, É. A.; RABELO, T. N. **Da canoa à rabeta: estrutura e conexão das comunidades ribeirinhas no Tapajós (PA)**. São José dos Campos: INPE, 2009. 30 p. (INPE-16574-RPQ/827). Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2009/09.11.18.27>>. Acesso em: 21 out. 2013.

AMARAL, S.; GAVLAK, A. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Using remote sensing and census tract data to improve representation of population spatial distribution: case studies in the Brazilian Amazon. **Population and Environment**, v.34, p.142–170, 2012. doi: <10.1007/s11111-012-0168-2>.

AMARAL, S.; DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; PINHO, C. M. D. de.; MEDEIROS, L. C. de C.; ANDRADE, P. R. de.; PINHEIRO, T. F.; ALVES, P. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.30, n.2, 2013.

BRIGATTI, N.; DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; GAVLAK, A. A. Identificação de áreas edificadas e núcleos urbanos na região Amazônica utilizando dados do sensor Landsat-TM5. In: XV SBSR, 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 6835-6842. ISBN 978-85-17-00056-0. Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFQRTRW/3A499DE>>. Acesso em: 25 set. 2013.

CAMARA DOS DEPUTADOS, Projeto de lei 5803/2013, <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581616>, 2013.

DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; VIEIRA MONTEIRO, A. M. Identifying Spatial Units of Human Occupation in the Brazilian Amazon Using Landsat and CBERS Multi-Resolution Imagery. **Remote Sensing**, v. 4, n. 1, p. 68-87, Jan. 2012. doi: <10.3390/rs4010068>.

DAL'ASTA, A. P.; ESCADA, M. I. S.; BRIGATTI, N.; GAVLAK, A. A.; AMARAL, S. **Núcleos de ocupação humana e usos da terra entre Santarém e Novo Progresso, ao longo da BR-163 (PA)**. São José dos Campos: INPE, 2011, 51p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2011/03.29.14.21-RPQ). Disponível em:<

http://www.dpi.inpe.br/sil/URBIS/Urbis_Refs_selec/RPQ11_BR163-2010.pdf. Acesso em: 26 out. 2013.

DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S.; MONTEIRO, A. M. V. O Rio e as cidades: uma análise exploratória de dependências e alcances das comunidades do Arapiuns (Pará-Brasil) e da formação do urbano na Amazônia. **Revista Espinhaço**, 2014, v. 3, n.1, 2014, p. 98-109.

ESCADA, M. I. S.; AMARAL, S.; RENNÓ, C. D.; PINHEIRO, T. **Levantamento do Uso e Cobertura da Terra e da rede de infra-estrutura no Distrito Florestal da BR-163**. São José dos Campos: INPE, 2009. 52 p. (INPE-15739-RPQ/824).

ESCADA, M. I. S.; DAL'ASTA, A. P.; SOARES, F. R.; ANDRADE, P. R.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; CAMILOTTI, V. L.; DOS SANTOS, J. N. A.; FERREIRA, V. C.; AMARAL, S. **Infraestrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA**. São José dos Campos: INPE, 2013. 121 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ). Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>. Acesso em: 27 out. 2013.

GAVLAK, A. A. Padrões de mudança de cobertura da terra e dinâmica populacional no Distrito Florestal Sustentável da BR-163: população, espaço e ambiente. 2011. 177 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2011/08.02.16.24-TDI). **Dissertação** (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2011. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3A7C3ML>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/. IBGE, 2010.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da floresta amazônica por satélite**, Projeto PRODES, 2010. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/r2007.htm>>.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/plano-brasil-sem-miseria-1/busca-ativa>, 2013.

PINHO, C. M. D. Análise das redes de localidades ribeirinhas Amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica. 2012. 178 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2012/04.19.04.13-TDI). **Tese** (Doutorado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BNMFS8>>. Acesso em: 25 set. 2012.

SEDAP, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca, <http://www.sagri.pa.gov.br/posts/view/334/funcacau>, 2011.

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas para as entrevistas institucionais em Altamira e Santarém

Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (Altamira)

1. Quais os programas e políticas na área de gestão ambiental e turismo que a secretaria tem conduzido? (Identificar se tem políticas específicas para a zona rural, UCs, áreas tradicionais)
2. Com o desalojamento das famílias que estão nas áreas a serem alagadas: Estas famílias estão comprando terras? Onde? Isso tem afetado o desmatamento? Como estão as indenizações?
3. A secretaria desenvolve ações junto às comunidades rurais, seja para esclarecimentos, capacitação e implementação de projetos?
4. Quais as áreas municipais mais emblemáticas para a secretaria?
5. Com relação à UHE Belo Monte, quais os impactos e as demandas que o município passou a tratar?
6. Das compensações da UHE Belo Monte, quais estão previstas? Dificuldade de aplicar e utilizar o recurso de compensação?
7. Como a secretaria contempla a gestão ambiental durante e após a conclusão da UHE de Belo Monte?
8. Tem projetos específicos de turismo? Quais as principais atividades de turismo no município?
9. Tem atividades de turismo em comunidades? Tem áreas prioritárias de ação da secretaria?
10. Tem informações sistematizadas: por ex. perfil dos associados, mapas, comunidades, projetos.

Fundação Viver, Produzir e Preservar (Altamira)

11. Os pequenos produtores têm parceria com o Projeto Agricultura Familiar para merenda nas escolas?
12. Nos municípios que a Fundação atua, quais as áreas onde os pequenos agricultores encontram mais dificuldades para se desenvolverem? E quais as áreas que a FVPP encontra maiores dificuldades para se inserir?
13. Quais os parceiros e os oponentes ao trabalho da FVPP?
14. Quais os principais projetos da FVPP e qual a cobertura desses projetos?
15. Como são escolhidas as áreas para implementação dos projetos? Como é a articulação para implementação dos projetos (captação de recursos, seleção da área, capacitação dos agricultores)?

16. Para a FVPP, quais os entraves para o desenvolvimento regional da Transamazônica?
17. Sobre os projetos, o que a experiência da FVPP mostra como alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar na região da transamazônica?
18. Há perspectivas de implementação de APLs em outras áreas, além das UCs? Como esses produtos são comercializados – se valem a pena ou não – se é organizado ou incipiente?
19. Como a FVPP vê o projeto para a criação do Distrito Sustentável do Cacau na transamazônica?
20. Como funcionam as casas familiares rurais: número, alunos, municípios? Com quase 20 anos desde a implantação da primeira Casa Familiar Rural, como a FVPP avalia as CFR para quem vive no campo? (o que a CFR influenciaram na vida de quem mora no campo)
21. Como é a atuação das mulheres nos movimentos? Ao longo dos anos tem aumentado a participação feminina?
22. Problemas que a FVPP identifica com os pequenos produtores e com a dinâmica no campo
23. Quais os impactos da UH de Belo Monte para a agricultura familiar? E para os projetos de desenvolvimento regional?
24. Qual cenário a FVPP vislumbra após a construção de Belo Monte?
25. Com relação às políticas de desenvolvimento para a região Amazônia, quais gargalos que a FVPP identifica na região oeste paraense?
26. Tem informação sistematizada: por ex. perfil dos associados, mapas, comunidades, projetos.
27. Ver projetos específicos, porque em alguns lugares dão certos e outros não? Parte da organização local ou de fora? Olhar para projetos em áreas pontuais.
28. Entender o cacau orgânico – Quais os mercados? Quem faz a articulação? São os pequenos ou a FVPP?
29. Olhar algum produto que não deu certo para saber o porquê?
30. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?
- 31.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Altamira)

32. Conforme observamos nas comunidades visitadas, grande parte dos comunitários é sócia do STTR. Por que para o pequeno produtor é atrativo ser sócio do sindicato dos trabalhadores rurais?
33. Como atuam os delegados sindicais que ficam nas comunidades? Como são escolhidos?

34. Quais os critérios para se associar?
35. Qual o panorama da agricultura familiar na transamazônica: produção, estrutura de terras, dinâmica (aumento do número de associados)?
36. Qual a principal fonte de renda de quem mora no campo?
37. Há diferenças de benefícios: homens e mulheres? Benefícios de crédito?
38. Qual a idade mínima para ser sócio do sindicato? Os jovens estão se associando? Esses jovens são em sua maioria homens ou mulheres? Os jovens têm garantia de herança de posse da terra e isso os mantém no campo?
39. Que tipo de política o sindicato tem com relação à produção e comercialização da agricultura familiar?
40. Como está o acesso à terra por parte dos pequenos produtores em Altamira (títulos de propriedade)?
41. Quanto aos programas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar, os pequenos produtores de Altamira e região tem acesso a essas linhas de crédito? Quais são as principais demandas para esse tipo de programa (ex. bacia leiteira, roça, infraestrutura, etc.)?
42. O sindicato tem projetos de extensão rural para capacitação dos trabalhadores? E projetos de diversificação das estratégias de produção?
43. Existe intermitência no período que o agricultor está associado? Participação/ continua ativo.
44. Com relação aos idosos que moram no campo, qual a cobertura da aposentadoria rural? A maioria já recebe?
45. Quais são as políticas de igualdade de gênero? Mulheres estão mobilizadas – tipo de políticas
46. Considerando a dinâmica do campo, quais caminhos você vê como alternativas para a fixação do homem no campo? As políticas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar são suficientes? Ou você acha que a região precisa de programas específicos para a região ou para a Amazônia?
47. O que vocês acham a criação do Distrito Florestal Sustentável do Cacau?
48. Quais os parceiros do STTR? Quais os principais opositores ao trabalho do sindicato?
49. Quais as principais reivindicações dos pequenos agricultores?
50. O pessoal que sai do campo tem ido para onde?
51. Quais os principais conflitos sociais que se observa na zona rural da região?
52. Quais os principais impactos da construção da UH de Belo Monte para os pequenos produtores de Altamira e região?
53. Tem informação sistematizada: por ex. perfil dos sindicalizados, produção, mapas, e outros.

54. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?

Secretaria Municipal de Planejamento (Altamira)

55. Quais os programas e políticas na área de planejamento que a Secretaria tem conduzido? (Identificar se tem políticas específicas para o campo, UCs, áreas tradicionais).

56. Com relação ao Plano Diretor de 2010 (elaborado em 2003 e revisto em 2010), quais as principais mudanças em relação a 2003? E com relação aos próximos anos, como o PD contempla o futuro municipal, considerando a construção e finalização da UH de Belo Monte?

57. Considerando 2010 até 2014 (4 anos desde a aprovação do PD), quais pontos a secretaria identifica como deficitários no planejamento municipal? Hoje, quais pontos devem ser priorizados?

58. Atualmente, quais os conflitos sociais que a cidade enfrenta?

59. Das pessoas que tem chegado quais as origens e perfis mais comuns?

60. Quais as demandas da população com relação a secretaria?

61. Qual a extensão do *Programa Minha casa Minha Vida* no município? Quem procura?

62. Quais os impactos da construção da UH de Belo Monte para o planejamento municipal e regional? Quais os bairros que surgiram em função da obra e quais as carências desses? Surgiram outros núcleos próximos a UH de Belo Monte? São planejados?

63. As famílias que estão sendo deslocadas das áreas a serem alegadas estão comprando terra? Onde? Isso tem afetado o desmatamento? Como estão as indenizações?

64. Das compensações ambientais da UH de Belo Monte, o que tem sido feito no município?

65. A Secretaria dispõe de informações sistematizadas: por ex. perfil, mapas, comunidades, projetos?

Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (Altamira)

66. Quantos imigrantes foram atendidos desde a implementação do núcleo?

67. Quais os perfis e origens mais frequentes desses imigrantes?

68. Que tipo de apoio o núcleo oferece à estes imigrantes?

69. Que futuro o núcleo vislumbra com relação à questão migratória na região?

70. Como os imigrantes acessam os serviços do núcleo?

71. O núcleo dispõe de dados sistematizados?

Aprusan (Santarém)

72. Como surgiu a Aprusan e qual o papel da associação para a economia de Santarém e para as famílias associadas?
73. Qual a área de cobertura da Aprusan?
74. Qual o perfil dos associados/origem?
75. Como se associar e quais os benefícios de se associar?
76. Como funcionam as feiras coordenadas pela Aprusan e como são selecionados os produtores para cada feira (o mesmo agricultor pode participar das quatro feiras)?
77. Quais os produtos comercializados por ordem de importância econômica?
78. Qual o perfil de quem vende a farinha?
79. Os produtores se organizam para vender em grupos/cooperativas?
80. Como a associação enxerga a relação entre o pequeno e o grande produtor em STR?
81. Quais as principais demandas da Aprusan?
82. Quais os parceiros e entraves?
83. Há apoio técnico e logístico?
84. Há apoio governamental?
85. Esses problemas se intensificaram ou diminuíram ao longo do tempo ou as demandas mudaram?
86. Tem dado sistematizado: número de produtores/ origem/ quem vende o que?
87. Como a entrada da soja impactou a produção familiar? Onde se concentra a produção de farinha? Com a soja, o que aconteceu com a produção de farinha? E como o gado?
88. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?

INCRA (Santarém)

89. Qual a situação fundiária da região?
90. Como está o processo de implementação do Cadastro do Terra Legal na região?
91. A região dispõe de acesso ao crédito rural? Em caso afirmativo, qual o tipo de acesso?
92. Como está o processo fundiário no PAE Lago Grande?
93. Quem fez o projeto de habitação rural do INCRA? Como foi concebido? Foram consideradas as questões culturais?

TAPAJOARA (Santarém)

94. Cobertura e efetividade da Associação (número de comunidades que está presente e é mais atuante em algumas)?
95. Quais as conquistas da Tapajoara?
96. Quais as demandas das comunidades em relação aos serviços prestados pela Tapajoara?
97. Quais ações a Tapajoara desenvolve atualmente (infraestrutura, saúde, economia, etc.)?
98. Como a Tapajoara contempla a atual situação das comunidades da FLONA e RESEX: são diferentes, tem demandas diferentes, evoluem de forma diferente, possuem estruturas diferentes?
99. E no futuro, quais cenários a Tapajoara vislumbra para as áreas em que atua?
100. Quais os parceiros da Associação?
101. Quais problemas são mais frequentes nas comunidades?
102. Quais os projetos que deram certo nas comunidades e por que? Quem faz a articulação e venda de produtos? Esse processo se mantém ao longo do tempo? Onde que vende? Qual a participação dos comunitários na comercialização (não só na produção)? Os comunitários são participativos em todo o processo?
103. Quais os produtos (extrativistas – não só alimentação, mas artesanato, construção de barcos – oficinas) principais que tem esses projetos e por que?
104. Como se dá a comercialização do peixe?
105. Como funciona o projeto Floresta Ativa?
106. Renda das comunidades (agregar valor a produção – produção de farinha (aumentou ou diminuiu)).
107. Como a Tapajoara se articula com as instituições?
108. Tem informações sistematizadas?

Z20 – Colônia de pescadores Z 20 (Santarém)

109. Como a associação avalia a pesca industrial e artesanal na região? Há conflitos entre as práticas de pesca artesanais e industrial?
110. Dentre as áreas de atuação da Z-20, de onde vem a maior quantidade de peixe?
111. Há mudanças na quantidade de pesca ao longo dos anos? Aumentou ou diminuiu – qual a percepção.
112. A instituição dispõe de dados sistematizados?

Projeto Saúde & Alegria (Santarém)

113. Projetos que desenvolvem relacionados à agregação de valor a produção local (alimento, artesanato, oficina de móveis, comercialização de produtos medicinais)?
114. Há projetos de turismo comunitário?
115. Quais pessoas se envolvem com o projeto há e oficinas de capacitação?
116. Quais comunidades que atuam (e/ou atuaram) e quais os principais resultados?
117. Como é feita a seleção de comunidades (se parte da comunidade ou o PSA seleciona, critérios)?
118. Abrangência dos projetos: como é o suporte, quanto tempo atuam na comunidade? Quais critérios são utilizados?
119. Quais os parceiros e entraves do PSA?
120. Como agregam recursos humanos ao projeto?
121. Dados sistematizados: locais dos projetos, número de pessoas, lista de produtos, valores.
122. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)?

ICMBio FLONA (Santarém)

123. Como o ICMBio vê a Flona e sua população residente?
124. Há regras para entrada e permanência dos moradores nas comunidades da Flona? Quais são? Qual o perfil da população (famílias e renda)?
125. Como é a relação entre o ICMBio e os moradores da Flona?
126. Quais as principais demandas relatadas pelos comunitários para a Flona?
127. Como funciona a cadeia produtiva nas comunidades? A Flona faz alguma mediação?
128. Quais alternativas o ICMBio propõem para os moradores da Flona para captação de recursos (considerando limitações no uso)?
129. Quais projetos o ICMBio desenvolve na Flona?
130. Como funciona o Projeto Ambé e a Coomflona?
131. Como o ICMBio avalia a evolução ambiental e social da Flona desde que foi delimitada como UC?
132. Como foi a saída da comunidade São Jorge da Flona? O ICMBio continuou dando suporte após sua saída?
133. Quais os entraves políticos na região para definição das políticas da Flona?
134. Como é a relação das pessoas que vivem no entorno com a Flona e com o ICMBio? Quais as normas?
135. Quais os parceiros e entraves do ICMBio?

136. Quais problemas o ICMBio enfrenta? Qtos funcionários o ICMBio tem na Flona – são locais?
137. O ICMBio dispõe de dados sistematizados para a Flona?

ICMBio Resex (Santarém)

138. Como o ICMBio vê a Resex e sua população residente?
139. Nas comunidades da Resex, há regras para entrada e permanência dos moradores? Quais são? Qual o perfil da população (famílias e renda)
140. Como é a relação entre o ICMBio e os moradores da Resex e suas associações?
141. Quais as principais demandas relatadas pelos comunitários para a Resex?
142. Como funciona a cadeia produtiva nas comunidades? A Resex faz alguma mediação?
143. Quais alternativas o ICMBio propõem para captação de recursos para os moradores da Resex (considerando limitações no uso)?
144. Quais projetos o ICMBio desenvolvem na Resex?
145. Desde que a Resex foi delimitada como UC, como o ICMBio avalia a evolução ambiental e social?
146. Quais os entraves políticos na região para definição das políticas da Resex?
147. Como é a relação das pessoas que vivem no entorno com a Resex e com o ICMBio? Quais as normas?
148. Quais os parceiros e entraves?
149. Quais problemas o ICMBio enfrenta? Qtos funcionários o ICMBio tem na Resex – são locais?
150. O ICMBio dispõe de dados sistematizados para a Resex?

COOMFLONA (Santarém)

151. Quantos associados têm atualmente na COOMFLONA?
152. Em quais comunidades a cooperativa tem comunitários?
153. Como é formado o conselho da COOMFLONA?
154. Além dos produtos madeireiros, quais outros produtos a COOMFLONA explora?
155. Quais projetos a COOMFLONA incentiva?
156. Quais os critérios de seleção dos cooperados e dos diretores da COOMFLONA?

Embrapa Amazônia Oriental/ Transamazônica (Santarém)

157. A Embrapa tem projetos com comunidades?
158. Quais projetos que a Embrapa desenvolve na região (por ano de implementação)?
159. Quais os municípios de atuação?
160. Quais os parceiros da Embrapa?
161. Quais as demandas da região em relação à Embrapa?
162. Quais os entraves enfrentados pela instituição?
163. Com relação ao crescimento da produção de grãos, como a Embrapa avalia e se relaciona com esses produtores? Há pesquisas para melhoramento da produção específicas para as condições locais? Há capacitação?
164. Como a Embrapa avalia que a construção dos portos em Miritituba em Santarém refletirá no desenvolvimento da região?
165. A Embrapa dispõe de dados sistematizados?
166. Segundo a Embrapa, quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)?

Prelazia do Xingu e Pastorais da terra (Altamira e Santarém)

167. A CPT também se preocupa com a permanência do agricultor na terra, por isso, desenvolve ações na busca de alternativas de sobrevivência para o homem e a mulher do campo, apoiando iniciativas e políticas agrícolas. Nesse sentido, quais ações a CPT apoia no desenvolvimento de alternativas para o homem e a mulher do campo?
168. Quais as principais reivindicações históricas das populações tradicionais mediadas pela CPT?
169. Como a CPT atende aos envolvidos com em conflitos? Os envolvidos em conflitos têm aumentado e/ou as tensões são maiores?
170. Como a CPT chega aos ameaçados por conflitos? Até que ponto a CPT consegue intervir? Quais as ações são tomadas diante das tensões?
171. Quais as principais atividades relacionadas com o trabalho escravo na região? Essa situação vem aumentando ou diminuindo? E a fiscalização?
172. Quais são os parceiros, oponentes e dificuldades?
173. Vocês acham que a expulsão do campo gera conflitos urbanos (drogas, prostituição, crescimento das periferias)? Questionário de bem estar
174. Produtos medicinais – oficinas – qual a ideia dos projetos com uso dos recursos florestais – produtos medicinais?
175. Com a implementação da UH de Belo Monte, quais os conflitos sociais, políticos e econômicos que se desencadearam ou intensificaram? E as tensões urbanas?

176. Com a construção da UH de Belo Monte, a exploração sexual foi intensificada?

177. Vocês acham que a construção da UH de Belo Monte ameaça as conquistas do movimento?

Secretaria de Educação (Altamira e Santarém)

178. Qual a área de atuação da Secretaria?

179. Quais os problemas em termos de educação que o município enfrenta?

180. Esses problemas se intensificaram ou diminuíram ao longo do tempo. As demandas mudaram?

181. As demandas para a educação em áreas rurais e urbanas são diferentes?

182. Como o município gerencia as áreas rurais?

183. Foram implementados projetos nas escolas? Quais?

184. Há parcerias com os pequenos produtores? Perfil das famílias, como são escolhidas e produtos que são disponibilizados? Como fazem o cadastro?

185. Em relação à pergunta anterior, em caso afirmativo, desde quando tem o projeto, evolução da participação das famílias e benefícios da parceria?

186. Qual a origem dos alunos (família)? (comunidade, município e estado). Há diferença de origem e perfil dos alunos recém-chegados dos antigos?

187. Quais os parceiros e entraves?

188. Como é o transporte escolar? Como se estrutura? É suficiente?

189. Com a construção da UH de Belo Monte houve uma intensificação pela demanda do acesso a educação e o município tem conseguido atender essa demanda crescente?

190. Tem dado sistematizado: número de escola, número de alunos por escola e endereço dos alunos.

191. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.

192. Tem dado sistematizado: número de escola, número de alunos por escola e endereço dos alunos.

CREAS (Altamira e Santarém)

193. Quais problemas a Assistência Social tem atendido?

194. Quais os principais problemas que a secretaria observa no município, por ordem de importância?

195. Como é a estrutura do CREAS? Qual a área de atuação? Tem diferença no atendimento campo x cidade?

196. Quais os parceiros e entraves?

197. Quais as pessoas atendidas? Tem perfis diferenciados para cada tipo de problemas?

198. Como a secretaria acessa as pessoas que necessitam a assistência da secretaria (denúncia, procura voluntária, terceiros, etc.)?
199. A Secretaria dispõe de um centro de apoio para essas pessoas?
200. Qual a evolução da demanda da Secretaria?
201. Há uma diferença entre os antigos e os recém-chegados: há tensão/preconceito, perfis?
202. Quais as origens dos recém-chegados e perfil? (comunidades, municípios e Estados)
203. Quais os problemas sabidos pela secretaria, mas que não há procura pelos envolvidos por ajuda?
204. Qual o impacto da construção da BM nas demandas da secretaria?
205. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.

CRAS (Altamira e Santarém)

206. Quais os projetos que a secretaria desenvolve?
207. Quais problemas a Assistência Social tem atendido?
208. Quais os principais problemas que a secretaria observa no município, por ordem de importância?
209. Como é a estrutura do CRAS? Qual a área de atuação? Tem diferença no atendimento campo x cidade?
210. Quais os parceiros e entraves?
211. Qual a evolução da demanda da Secretaria?
212. Quais as pessoas atendidas? Há perfis diferenciados para cada tipo de problemas?
213. Há uma diferença entre os antigos e os recém-chegados: há tensão/preconceito, perfis?
214. Quais as origens dos recém-chegados e perfil? (comunidades, municípios e Estados)
215. Qual o impacto de BM nas demandas da secretaria? E com relação ao crescimento das cidades?
216. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.